

# entre linhas

Ano XV  
Número 71  
Set-Out-Nov-Dez 2015



## PSICOLOGIA, NO COTIDIANO, POR UMA SOCIEDADE MAIS DEMOCRÁTICA E IGUALITÁRIA

Este é o tema do 9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que será realizado em 2016. O CNP permite que todos/as os/as profissionais da Psicologia contribuam com sugestões de ações, elejam prioridades, apresentem propostas que visem ao fortalecimento e ao crescimento da profissão. Confira de que forma você pode participar desse processo.

### Mediação

Veja como psicólogos/as vêm conquistando espaço na área de mediação e conciliação de conflitos.

pág. 14

### Comunidades Terapêuticas

CRPRS publica resolução que define requisitos para o cadastramento dessas instituições.

pág. 21

Com esta edição do jornal EntreLinhas, encerramos 2015 refletindo sobre o futuro da profissão e dando início aos preparativos para o 9º Congresso Nacional da Psicologia, que terá como tema “Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária”. No CNP, são definidas as diretrizes que nortearão as ações das próximas gestões nos âmbitos regional e federal. Psicólogos/as interessados em contribuir nesse processo devem estar atentos/as à agenda de pré-congressos que acontecem a partir de dezembro. Para divulgar todo esse processo, o CRPRS lança, nesta edição, a campanha “Formada por várias. Conectada a todas”. A proposta é mostrar que as diferentes áreas de atuação da Psicologia podem ser contempladas nas ações do Sistema Conselhos, mas que, para isso, a participação da categoria é fundamental. Colabore e participe. Afinal, para construir, é preciso se engajar.

## Atendimento nas Subsedes

→ Desde outubro, as Subsedes Centro-Oeste, Serra e Sul do CRPRS têm novo horário de expediente externo, passando a atender o público também nas sextas-feiras à tarde. Na Sede do CRPRS, em Porto Alegre, o atendimento permanece o mesmo. Acesse o site [crprs.org.br](http://crprs.org.br) e confira os horários de atendimento.

## Fique em Dia

→ Psicólogos/as que não quitaram a anuidade 2015 receberão, pelos Correios, boleto de cobrança com vencimento em 20/12. O débito ainda pode ser renegociado pelo site [crprs.org.br/sistemacadastro](http://crprs.org.br/sistemacadastro) ou diretamente com a equipe de Cobrança pelo e-mail [fiqueemdia@crprs.org.br](mailto:fiqueemdia@crprs.org.br) ou pelo fone (51) 3334.6799.

## Correção

→ Na reportagem principal “Para além das grades”, no trecho em que o psicólogo Dênis Bender Gehrke fala da rotatividade dos profissionais, ele refere-se aos profissionais das equipes de saúde prisional e não aos que atuam nos CAPS, como publicado na edição 70.

### Publicação quadrimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

**Comissão Editorial:** Alexandra Campelo Ximendes, Ana Paula Denis Ferraz, Bruna Osório Pizzarro, Letícia Giannechini e Luciane Engel.

**Jornalista Responsável:** Aline Victorino – Mtb 11602

**Estagiário de Jornalismo:** Juliano Zarembski

**Redação:** Aline Victorino e Juliano Zarembski

**Relações Públicas:**

Belisa Giorgis / CONRERP/4-3007  
Nadia Miola / CONRERP/4-3008

**Eventos:** Adriana Burmann  
**Comentários e sugestões:** [imprensa@crprs.org.br](mailto:imprensa@crprs.org.br)

**Endereços CRPRS:**

**Sede:**

Av. Protásio Alves, 2854/301

**Porto Alegre**

CEP: 90410-006

Fone/Fax: (51) 3334-6799

[crprs@crprs.org.br](mailto:crprs@crprs.org.br)

**Subsede Serra:**

Rua Coronel Flores, 749/505 – **Caxias do Sul**

CEP: 95034-060

Fone/Fax: (54) 3223-7848

[caxias@crprs.org.br](mailto:caxias@crprs.org.br)

**Subsede Sul:**

Rua Barão de Santa Tecla, 583/406

**Pelotas**

CEP 96010-140

Fone: (53) 3227-4197

[pelotas@crprs.org.br](mailto:pelotas@crprs.org.br)

**Subsede Centro-Oeste:**

Rua Mal. Floriano Peixoto, 1709/401

**Santa Maria**

CEP: 97015-373

Fone/Fax: (55) 3219-5299

[santamaria@crprs.org.br](mailto:santamaria@crprs.org.br)

**Projeto Gráfico e Diagramação:**

Tavane Reichert Machado

**Ilustrações:** Núcleo Urbanoide

**Impressão:** Gráfica Pallotti

**Tiragem:** 15.000 exemplares

Distribuição gratuita

**[www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br)**

 [twitter.com/crprs](https://twitter.com/crprs)

 [facebook.com/conselhopsicologiar](https://facebook.com/conselhopsicologiar)

 [youtube.com/crprs](https://youtube.com/crprs)

## Sumário

### 04 FIQUE ATENTO

### 05 REPORTAGEM PRINCIPAL

*Psicólogo/a, participe do 9º Congresso Nacional da Psicologia para ajudar a pensar o futuro da profissão*

*Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária*

*Avanços nas políticas públicas de saúde*

*Segurança Pública*

*A Psicologia na luta contra o racismo*

*Por uma sociedade que respeite a diversidade sexual*

*A sociedade e as organizações*

### 13 RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Por uma Psicologia vestida de sentido*

### 14 ENTREVISTA

*Psicologia e Mediação*

### 17 REPORTAGEM

*Corte etário na Educação Infantil e avaliação psicológica*

### 18 AGENDA

### 19 ARTIGO

*Despatologização das Identidades Trans e Travesti: o que temos a ver com isso?*

### 20 CREPOP

*Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Reprodutivos*

### 21 ESPECIAL

*CRPRS define requisitos para o cadastramento de comunidades terapêuticas*

### 22 ORIENTAÇÃO

*Resolução do CRPRS nº 02/2015*

## Reajuste Zero em 2016

→ A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18/09, aprovou a proposta de reajuste de 0,00% (zero por cento) na tabela das anuidades Pessoa Física e Pessoa Jurídica, taxas, multas e emolumentos para o exercício de 2016. Dessa forma, os valores estabelecidos para 2015 serão mantidos no próximo ano. O CFP havia autorizado para 2016 o reajuste de até 9,45%, considerando o índice de inflação acumulado nos últimos 12 meses (INPC/IBGE). Mesmo assim, a atual gestão do CRPRS

aposta na otimização de recursos ao propor o reajuste zero para 2016, já que contratos firmados, custos de pessoal e despesas fixas continuarão sofrendo as atualizações decorrentes da inflação do período.

No plano de ações previsto para 2016, estão melhorias nas subsedes; continuidade de ações institucionais com a sociedade; fomento de atividades descentralizadas; ações de aproximação com os centros de formação e pós-graduação e formandos; ações inte-

gradadas de orientação e fiscalização nas subsedes; digitalização do cadastro de psicólogos (PF e PJ) e da documentação administrativa, de processos e das Comissões; realização do processo eleitoral do CFP e do CRPRS para nova gestão de 2016/2019 via internet; e realização dos eventos e das atividades preparatórias do 9º CNP.

Acesse a tabela das anuidades PF e PJ, taxas, multas e emolumentos para o exercício de 2016, em <http://bit.ly/anuidade2016>

## Pague anuidade com desconto

→ Psicólogos/as inscritos/as no CRPRS que realizarem o pagamento integral da anuidade 2016 até 31/01 têm desconto de 10% sobre o valor de R\$ 465,69, totalizando R\$ 419,12. Para pagamentos até 29/02, o desconto é de 5%, totalizando R\$ 442,41. O pagamento do valor integral (R\$ 465,69) também pode ser parcelado em cinco vezes, com o primeiro pagamento até 31/01 (parcela de R\$ 97,25) e as outras quatro parcelas (R\$ 92,11) em 29/02, 31/03, 30/04 e 31/05. Fique atento/a às instruções descritas no carnê enviado pelos Correios para garantir o valor com desconto.



Dúvidas podem ser esclarecidas com a equipe da Cobrança do CRPRS pelo fone (51) 3334-6799 ou pelo e-mail [fiqueemdia@crprs.org.br](mailto:fiqueemdia@crprs.org.br).

fique atento

## Eleições para o Sistema Conselhos

→ Em 2016, psicólogos/as de todo o país irão eleger seus/suas representantes para o período 2016-2019. As eleições para os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) e a consulta nacional para o Conselho Federal de Psicologia (CFP) serão realizadas em agosto, próximo ao Dia do/a Psicólogo/a. O voto é pessoal e obrigatório.

Antes disso, até 29/02, o CRPRS irá convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para deflagração do processo eleitoral e eleição da Comissão Regional Eleitoral, conforme estabelecido na **Resolução do CFP nº 04/2015** que aprova o Regimento Eleitoral. A resolução está disponível em [crprs.org.br/resolucoes](http://crprs.org.br/resolucoes).

Psicólogos/as interessados/as em integrar a próxima gestão regional deverão organizar-se para a inscrição de chapas até 30/04/2016, data em que será realizado o Congresso Regional de Psicologia do CRPRS, em Porto Alegre. A chapa deverá conter os nomes de conselheiros/as titulares e conselheiros/as suplentes, conforme requisitos dos artigos 8º e 9º da Resolução.

---

## Direito à identidade de gênero

→ O Projeto de Lei 5.002/2013, que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, de autoria dos deputados federais Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Érica Kokay (PT/DF), tramita no Congresso Nacional. O PL está na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, aguardando parecer do relator, deputado Luiz Couto (PT/PB).

Desde 2011, o CFP permite que transexuais e travestis usem seu nome social na carteira de identidade profissional, bem como em documentos como relatórios e laudos.



Acesse [crprs.org.br/entrelinhas71](http://crprs.org.br/entrelinhas71) e confira entrevista exclusiva para o jornal Entrelinhas com o deputado Jean Wyllys sobre o PL.

## Novo site do CRPRS



→ O CRPRS lançou oficialmente seu novo site no Dia do/a Psicólogo/a, em agosto. O site está dividido por áreas, dando destaque às atividades promovidas pelas Comissões, pelos GTs e pelos Núcleos do CRPRS. Devido a novidades estruturais, o site está em período de testes. Nos próximos meses, novas funcionalidades serão disponibilizadas com o objetivo de facilitar o acesso da categoria aos diferentes serviços e atividades.



Como forma de centralizar os contatos, o CRPRS acolhe comentários, sugestões e correções pelo e-mail [comunicacao@crprs.org.br](mailto:comunicacao@crprs.org.br).

# Psicólogo/a, participe do 9º Congresso Nacional da Psicologia para ajudar a pensar o futuro da profissão

A cada três anos, o Sistema Conselhos de Psicologia promove o Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instância máxima que discute e delibera políticas prioritárias para os próximos três anos, ou seja, para as próximas gestões dos Conselhos Regionais e do Federal. Em 2016, acontecerá o 9º CNP, de 16 a 19 de junho, em Brasília.

O CNP permite que todos/as os/as profissionais da Psicologia contribuam com sugestões de ações, elejam prioridades, apresentem propostas que visem ao fortalecimento e ao crescimento da profissão. É, portanto, resultado de amplo processo democrático. Participam do CNP os/as delegados/as eleitos/as nos Congressos Regionais da Psicologia que, por sua vez, são eleitos nos pré-congressos, os quais acontecem em diferentes cidades.

O regimento do 9º CNP, o temário e os eixos foram aprovados na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), realizada dias 12 e 13 de setembro de 2015.

Em 2013 foram realizados 13 pré-congressos no Rio Grande do Sul,



com a participação de 252 pessoas e a eleição de 62 delegados/as para o Congresso Regional, que por sua vez elegeu nove delegados para o 8º CNP.

A participação no processo permite um olhar diferente sobre as construções relativas à atuação da categoria. “Participando desses espaços, encontrei uma diversidade de colegas tentando, juntos/as, construir as diretrizes da atuação do Sistema Conselhos. Percebi que participar do Corep e do CNP não é somente exercer o protagonismo na construção de nossa profissão, vai além, trata-se de assumir a responsabilidade que todos nós temos com essa construção”, declara Cristiane Bens Pegoraro, que em 2013 participou pela primeira vez como delegada no CNP.



**GARANTA SUA PARTICIPAÇÃO**

Todo/a psicólogo/a regularmente inscrito e adimplente pode ser delegado/a no 9º CNP e, assim, contribuir na definição do que será prioridade para o Sistema Conselhos de Psicologia nos próximos três anos. Para isso, precisa participar dos pré-congressos e ser eleito/a como delegado/a. Acesse [crprs.org.br/cnp](http://crprs.org.br/cnp) e confira as cidades onde serão realizados pré-congressos.

Tema geral do 9º Congresso Nacional da Psicologia: **Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária.**

Eixos Temáticos:

Eixo 1 – **Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento**

**das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade.**

Eixo 2 – **Contribuições éticas, políticas e técnicas do processo democrático e de garantia de direitos.**

Eixo 3 – **Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos.**





**SAIBA MAIS:**  
Acesse [crprs.org.br/cnp](http://crprs.org.br/cnp) e saiba mais sobre Pré-Congressos, Corep e 9º CNP.

**Dúvidas sobre o processo?** Envie e-mail para [cnp@crprs.org.br](mailto:cnp@crprs.org.br).

Assista ao vídeo do Congresso Regional da Psicologia, realizado em 2013, em [http://bit.ly/video\\_Corep2013](http://bit.ly/video_Corep2013).

## Pré-Congressos Livres

Uma das novidades no regulamento do 9º CNP é a possibilidade de eleição de delegados/as nos pré-congressos livres, atividades propostas por quaisquer grupos de psicólogos/as. O objetivo é estimular e admitir construções de propostas que não foram criadas em eventos organizados pelos CRPs, tornando assim o processo mais democrático e acessível.

Cada pré-congresso deverá eleger delegados/as para o Corep, respeitan-

do a proporção de um/uma para cada dois/duas psicólogos/as presentes.

O quórum para votação é composto somente por psicólogos/as regularmente inscritos/as e adimplentes. A ratificação dos/as delegados/as eleitos/as se dará após conferência pela Comissão Organizadora Regional.

Os pré-congressos livres devem ser informados ao CRP até dia 15 de fevereiro de 2016 e podem ser realizados até 10 de abril. Saiba mais em [crprs.org.br/cnp](http://crprs.org.br/cnp).

## Envio de propostas

Outra novidade do 9º CNP é a possibilidade do envio de propostas para [cnp@crprs.org.br](mailto:cnp@crprs.org.br), ampliando, dessa forma, a participação da categoria. As propostas devem estar relacionadas com o tema do 9º CNP e serão aprovadas em um dos pré-congressos realizados pelo CRPRS. Acesse o formulário de propostas em [crprs.org.br/cnp](http://crprs.org.br/cnp) e participe.



**André Ricardo Salata**  
Graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Sociologia pela UFRJ. É professor do curso de Ciências Sociais e coordenador do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia da PUCRS.

## Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária

O tema do 9º Congresso Nacional da Psicologia foi construído a partir de sugestões da própria categoria, procurando ser amplo, para contemplar diferentes demandas da profissão, e atual, considerando o contexto político-social brasileiro. Mesmo assim, há muitos/as psicólogos/as que não se sentem convocados/as pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

Para o cientista político **André Ricardo Salata**, a dificuldade em contar com o engajamento da categoria, ou seja, daqueles que supostamente seriam beneficiados pela atuação de um movimento ou organização, trata-se de um problema clássico de ação coletiva. “É interessante que o maior número possível de indivíduos participe, se engaje.

Todo engajamento, no entanto, tem um custo para o indivíduo, pois para participar ele terá de se utilizar de uma parcela de tempo e esforço que poderiam ser empregados em outras atividades. Além disso, o indivíduo terá seu interesse defendido pelo Conselho independentemente de sua participação. Toda vitória do Conselho é, automaticamente, sua vitória, tenha ele participado ativamente ou não. Sendo assim, muitos indivíduos acabam simplesmente optando por não participar”, explica.

Ao discutir sobre uma sociedade mais igualitária, o/a psicólogo/a assume o compromisso de defesa dos direitos humanos, em diferentes áreas de atuação: saúde, segurança pública, assistência social, educação, or-



**LEIA MAIS:**  
Leia entrevistas e depoimentos nas íntegras em [crprs.org.br/entrelinhas71](http://crprs.org.br/entrelinhas71).



ganizações ou consultório particular. A ética profissional do/a psicólogo/a sustenta uma perspectiva de cuidado integral para a vida dos sujeitos e seus processos de produção de vida, em um determinado contexto social.

Na psicoterapia, por exemplo, é fundamental que o/a profissional trabalhe com a ideia de que as questões individuais de um sujeito não estão separadas de suas relações sociais. “Que ao resignificar suas inquietações, elas possam produzir um significado que vá além de si mesmo, que o sujeito consiga encontrar seu lugar social e assim tal-

vez contribua de outra forma para a sociedade”, explica **Andria Ortiz Rassweiler**.

Andria acredita que a participação dos/as psicólogos/as no Sistema Conselhos é importante para ampliar o entendimento da prática aliada ao conhecimento das políticas que envolvem o fazer clínico. Para ela, as redes sociais possibilitaram a ampliação desse espaço de ação política, porém, essa relação ainda precisa ser ampliada. “Há muita insegurança do que se pode e não se pode fazer na rede enquanto profissional psicólogo”.

## Avanços nas políticas públicas de saúde

Um dos grandes desafios da Psicologia na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária é o avanço das políticas públicas de saúde. Para **Roberto H Amorim de Medeiros**, o avanço do Sistema Único de Saúde (SUS) como política de saúde depende de dois principais fatores: o financiamento e a formação profissional. “Em toda sua curta história, encontramos o SUS subfinanciado, o que implica precariedade de infraestrutura e de prestação de serviços, com efeitos danosos a sua representação perante a sociedade”.

Com relação à formação, Roberto acredita que os cursos de graduação da saúde têm a responsabilidade de formar profissionais que, além de reconhecer a história de sua construção, saibam operar a partir dos princípios do SUS. “Mesmo que não

venham a atuar diretamente em seus serviços depois de formados, eles terão clareza suficiente para respeitar e defender a saúde e o SUS como uma conquista do povo brasileiro. Também enriquecerão sua prática liberal ao levarem em consideração os princípios de humanização e integralidade do cuidado, equidade e respeito à cultura e às diferenças, coisas que são características essenciais no SUS”, afirma.

Roberto acredita que o avanço da profissão também deve se dar nesse sentido, adaptando diferentes realidades às linhas teórico-práticas da Psicologia. “Os Conselhos cumprem um papel importante problematizando as questões sociais do país, instando os psicólogos a participar do debate público, acompanhando o momento sócio-histórico brasileiro”.

## Segurança Pública

O/A psicólogo/a que trabalha no Sistema Prisional contribui para uma sociedade mais democrática e igualitária quando se ocupa das demandas do sujeito sem considerar o crime cometido. “O

ato criminoso não pode tomar a voz do sujeito, pois todo ato é essencialmente coletivo, diz de uma dimensão social em que o sujeito acaba sendo porta-voz.”, declara **Gabriel Moresco**.

**Andria Ortiz Rassweiler**  
Psicóloga,  
colaboradora  
da Comissão de  
Psicoterapia do  
CRPRS.

**Roberto H Amorim de Medeiros**  
Psicólogo, mestre em  
Psicologia Clínica pela  
PUCRS e doutor em  
Educação pela UFRGS.  
É professor adjunto  
da UFRGS, vinculado  
à graduação e à pós-  
graduação em Saúde  
Coletiva.

**Gabriel Moresco**  
Psicólogo, pós-  
graduado em  
atendimento  
clínico, ênfase em  
psicanálise pela  
UFRGS e colaborador  
do Núcleo do Sistema  
Prisional da Subsele  
Centro-Oeste. É  
psicólogo na Susepe,  
no Presídio Estadual  
de Júlio de Castilhos.



### LEIA MAIS:

Leia depoimento de Roberto H Amorim de Medeiros sobre a atual conjuntura política diante de ameaças ao conceito de um sistema de saúde universal e gratuito em [crprs.org.br/entrelinhas71](http://crprs.org.br/entrelinhas71).

**Sílvia Ramão**  
Psicóloga, mestre em Ciências da Saúde pela Unisinos, ênfase Saúde Coletiva. Atua no Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição e é terapeuta de família.



**SAIBA MAIS:**  
Sílvia Ramão participou da atividade #meufazerpsi – Entre o compartilhar e o cuidado, que debateu Psicoterapia e Relações Raciais, na sede do CRPRS, em 27/08. Saiba mais [http://bit.ly/compartilhar\\_cuidado](http://bit.ly/compartilhar_cuidado).

Para Gabriel, articular ações que proporcionem o acesso aos direitos básicos, que, na grande maioria das vezes, são violados, é efetivar o trabalho da Psicologia no âmbito da promoção de saúde e dar ênfase às demandas dos sujeitos. “Que as grades sejam somente físicas e a liberdade de construção e de pensamento propicie as saídas possíveis para esses sujeitos”.

A relação da Psicologia com a política de segurança pode ser pensada a partir do dispositivo da escuta. “Escutar as minúcias que permeiam as relações sociais e situam

o campo da segurança pública, desmistificando discursos segregatórios e totalizantes, situando as demandas dos sujeitos/instituições a partir do que se escuta da sociedade. O psicólogo é um ator político que deve empreender seu fazer nas mais variadas instituições. Por que um mesmo comportamento pode ser uma infração quando cometido por certa classe de pessoas, mas não quando é cometido por indivíduos de outras classes? Abordar questões como esta é alçar a escuta psicológica para sua responsabilidade ética e essencialmente problematizadora”, explica.

## A Psicologia na luta contra o racismo

Como o racismo ainda é um grande obstáculo para uma sociedade mais democrática e igualitária, a Psicologia tem dedicado especial atenção ao tema.

De acordo com **Sílvia Ramão**, a população negra, apesar de ser maioria, continua a ser barrada no acesso a bens e serviços necessários à vida e ao desenvolvimento pessoal e grupal e, ainda, é assassinada e torturada por ser negra. “O racismo interpessoal massacra, diariamente, homens, mulheres e jovens negros, crianças e idosos, produzindo desconforto, mal-estar e sofrimento”. Para ela, enquanto mais da metade da população brasileira estiver sendo vulnerabilizada pelo racismo, o país não será justo. “As cotas e as políticas afirmativas são estratégias de desenvolvimento, por criarem possibilidades de inclusão imediatas das pessoas negras em espaços em que ainda não têm pleno acesso, como trabalho, concurso público, graduação superior”.

Sílvia considera que a Psicologia deve se ocupar do mapeamento das políticas existentes para a população negra,

já que o quesito cor ainda está precariamente implantado nos diferentes setores de atenção e cuidado à população. “Como psicólogas e psicólogos devemos entender a dinâmica das relações raciais no país e passarmos a ser críticos e atuantes no combate ao racismo. Não podemos pactuar com empresas que não contratam negros e ainda auxiliar em processos seletivos discriminatórios com nossas ferramentas. Nós podemos alertar e conscientizar os entes patronais para a ausência de negros em determinados postos de trabalho e setores. Podemos capacitar e orientar na criação e manutenção de políticas afirmativas. Como pesquisadores temos que investir em novos conhecimentos que ajudem a entender por que o racismo se perpetua tanto no nível institucional quanto interpessoal, apesar de ser crime, apesar das políticas afirmativas”.

Para as próximas gestões do Sistema Conselhos, Sílvia propõe um amplo debate com psicólogos/as, universidades e sociedade em geral, incentivando a criação de cursos e capacitações sobre a questão.



## Por uma sociedade que respeite a diversidade sexual

O respeito à diversidade sexual é outro ponto desafiador ao pensarmos em uma sociedade mais democrática e igualitária. “Vivemos relações sociais altamente hierarquizadas e produtoras de iniquidades graves, as quais dificultam a efetividade de uma sociedade democrática e igualitária. Contudo, acredito que, quando os/as profissionais da Psicologia produzem práticas capazes de tensionar as formas de dominação instituídas e de potencializar práticas reflexivas da liberdade, tal como nos provocou Michel Foucault, podemos contribuir para a emergência de modos de subjetivação mais coletivos e cientes das responsabilidades que temos sobre as nossas ações e as ações das outras pessoas”, acredita **Raquel Silveira**.

Raquel considera que o país tem vivenciado retrocessos de conquistas sociais e jurídicas, principalmente no campo das relações de gênero, da diver-

sidade sexual e do enfrentamento das iniquidades raciais, impulsionados principalmente pelos discursos conservadores das bancadas evangélica e católica de nossos representantes políticos. “O uso do termo ‘ideologia de gênero’, que atravessou as lutas políticas em torno do atual Plano Nacional de Educação e da proposta do Estatuto da Família, é um jogo retórico que invisibiliza a ideologia de gênero que existe no discurso heterocissexista da sociedade ocidental moderna. Porém, enquanto houver liberdade entre as pessoas, haverá práticas reflexivas e produção de resistências”.

Considerando isso, o Sistema Conselhos exerce importante papel ao criar espaços de discussão, promover eventos e materiais que busquem qualificar psicólogos/as, uma vez que esses conteúdos não estão nas grades curriculares de forma obrigatória.

**Raquel da Silva Silveira**  
Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, integra o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e o Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRGS.



**LEIA MAIS:**  
O livro “Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?”, organizado por Henrique Caetano Nardi, Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira, pode ser acessado em <http://bit.ly/1GsPhH9>.

**Cristiane Fraga da Silveira**

**Sastre**

Psicóloga, tem MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela FGV e é especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho. É colaboradora do GT Psicologia, Trabalho e Organizações do CRPRS.

**Clarissa Andrade**

Psicóloga, especialista em Gestão de Recursos Humanos, é colaboradora do GT Psicologia, Trabalho e Organizações do CRPRS.



**PARTICIPE:**

Participe das reuniões das Comissões, dos Núcleos e dos GTs do CRPRS. Acompanhe a agenda pelo site [crprs.org.br/atividades](http://crprs.org.br/atividades).

## A sociedade e as organizações

As organizações constituem um importante espaço de formação da identidade e fortalecimento do coletivo, por isso é importante que o Sistema Conselhos siga ampliando oportunidades de discussões e de valorização das principais temáticas da Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Para **Cristiane Fraga da Silveira Sastre**, o principal papel das organizações para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e igualitária está atrelado à abertura de espaços para repensar essas relações. “São nesses espaços que o indivíduo encontra abertura para expansão de sua potência criativa e busca alternativas para enfrentar as adversidades. Em contrapartida, as organizações também podem representar espaço de sofrimento, de segmentação social e de relevantes dilemas éticos, principalmente oriundos de um cenário de expansão da violência, competitividade exacerbada e crescente individualismo. A experiência do trabalho em si comporta uma importante potência de sujeição ou de crítica, sempre no lastro de relações de poder”.

Assim, o grande desafio do/a psicólogo/a que atua nessa área é ter a flexibilidade e a visão sistêmica exigidas pelas organizações no que diz respeito à linguagem e à velocidade, sem perder o olhar ético-crítico-clínico que a formação possibilita. “A preocupação com a saúde do trabalhador e o entendimento do coletivo não precisam necessariamente se contrapor aos objetivos de qualidade e produtividade das organizações. O psicó-

logo que atua nessa área deve posicionar-se como um agente conciliador desses interesses, problematizando constantemente sua prática e seu campo de atuação”, declara Cristiane.

Além disso, o trabalho do psicólogo/a deve contribuir para uma sociedade mais democrática, igualitária e que respeite a individualidade e a singularidade de cada um. “Podemos pensar desde ações de promoção da saúde do trabalhador, combate ao assédio moral, oferecer um ambiente de trabalho seguro. Ainda, podemos pensar em favorecer a inclusão de pessoas com alguma diferença significativa, seja ela de cor, crença, gênero, deficiência, nacionalidade”, explica **Clarissa Andrade**.

De acordo com Clarissa, no Brasil, somente 1,2% das pessoas com deficiência estão no mercado de trabalho formal. Os processos seletivos, que buscam capacitar cada vez mais os profissionais que atuam com PCDs, precisam evoluir. “Ainda se pensa na deficiência antes de se pensar na pessoa, nas competências, nas habilidades. Devemos colocar o P (pessoa) antes do D (deficiência). Precisamos avançar muito no sentido de estruturar os projetos de RH dentro das empresas, prevendo a inclusão 360°. Mais do que isso, oferecer acompanhamento *in company* às PCDs, preparar a direção, os gestores, as equipes e os próprios colaboradores com deficiência. Precisamos avançar em ações que potencializem a singularidade humana nas organizações”, defende.

## Por uma Psicologia vestida de sentido

Os primeiros sons do mundo de que lembro são de uma máquina de costura. A primeira experiência social foi visitar vilas em extrema pobreza durante campanhas político-partidárias. Modo de subjetivação produzido em situações diversas me fez optar por arquitetura, pois foi a primeira ideia que parecia aproximar tais mundos através de uma coisa que sempre admirei: a beleza. Porém, em uma orientação vocacional surge a Psicologia. Por sorte, um currículo interessantíssimo que fazia circular diferentes aportes teóricos e discussões que me dariam ferramentas para atuar frente às dores da alma.

Em meu TCC escrevi sobre moda e subjetividade. Perdida, pensando em como sustentar o que penso hoje sobre o objeto-roupa, o engavetei e fui clinicar, bolar algum projeto, ler, pesquisar. Em 2008 os nós começaram a formar uma trama, um tecido, um projeto. Em janeiro de 2009 inaugurei espaço de escrita (um blog despretensioso) e o Brechó de Troca, que é um grupo de convívio de caráter operativo, pois é um troca-troca de roupas e acessórios em desuso. O currículo que cursei me dera experiência para perceber que a vida tem um tempo, que trabalho vida, que ele também tem seu. Assim mesmo, redundante ou leminskiano e bonito como eu pretendia. Fui achando locais e parcerias que me permitiram tocar este projeto e este me fez entender a moda como produção de subjetividade, que faz coisas lindas, que provoca adoecimento, que ensina, que diverte, que é mundana.

Em minhas pesquisas comecei a me incomodar com o sistema da moda desde a indústria têxtil até o problema do descarte, passando pelo excesso de consumo. Foi aí que entendi que o Brechó de Troca precisava ganhar novas estampas e modelagens. Comecei a fazê-lo em projetos sociais, em empresas e almejei o retorno ao estudo. Ministrei cursos de extensão em graduação de moda despertando o sentido do vestir no cotidiano e estimulando o mercado riquíssimo dos brechós. Trouxe inquietações sobre relações de consu-

mo e memória. Fiz o Brechó de Troca em locais diferentes, pois acredito que ele se mostra dispositivo, brecha no que persiste do problema político/econômico/social, que tão cedo me foi apresentado: em um mundo que outrora carecia de coisas padece hoje de excesso de materialidade. A roupa como objeto tanto mira em nosso desejo de ter, quanto na forma como somos e no que poderemos ser.

Atualmente produzo o Brechó de Troca, como projeto autoral, mensalmente. Nele percebo desde o papel da roupa no processo grupal, como dispositivo de afetações, até o exercício de organizar um trabalho, construindo parcerias e abrindo uma demanda. E sobre demanda, outra atividade que vem se apresentando como trabalho é a consultoria de estilo, onde a produção de subjetividade passa pelas práticas do vestir. Indo ao encontro do sujeito no local em que sua relação inicia (o guarda-roupa) a escuta se amplia para afetar-se e assim analisar a demanda: a grande queixa contemporânea de “não tenho nada para vestir” confronta-se com armários abarrotados de roupas e acessórios que não significam nada para seu dono. O sujeito fala de suas peças, experimenta-as, chora e ri, produz novas experiências. Daí desdobram-se histórias: cada consultoria, como uma clínica, inventa destinos antes não imaginados pelo sujeito e por quem o escuta. Confrontando outras práticas vigentes, cujos objetivos passam pela formatação do corpo para determinadas formas e cores de roupas (chamadas de consultoria de imagem e moda), a consultoria de estilo e o Brechó de Troca são ações políticas, onde assumo afetar-me pela roupa e, por isso mesmo, invento um espaço de resistência e criação.

Na busca da manutenção do sentido que o projeto pode ter, fui buscar o mestrado. Pensar que a prática do vestir se entrelaça em rigorosamente todos os dias de nossas vidas, me pareceu algo a ser problematizado e, mais importante, testemunhado. Minha busca profissional é a de que possamos ver, escutar e falar de moda. Mas que possamos vestir cultura.



### Helena Soares

Psicóloga, mestranda em Psicologia Social Institucional. Pesquisa as relações da roupa e o sujeito em uma perspectiva de novas relações de consumo. É especialista em Psicoterapia Psicodinâmica e mantém clínica particular.



### PARTICIPE!

Você também quer compartilhar sua experiência como psicólogo/a? Envie um relato para [imprensa@crprs.org.br](mailto:imprensa@crprs.org.br) destacando sua prática. Os textos serão avaliados pela Comissão Editorial do EntreLinhas e poderão ser publicados nas próximas edições do jornal.

**Marilene Marodin**

Psicóloga, terapeuta de casal e família e mediadora de conflitos. É Diretora da CLIP – Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação, coordenadora do Curso “Mediação de Conflitos: novo paradigma à construção da paz” e coordenadora do Projeto Mediação da Defensoria Pública do Estado do RS.

**Rafaela Duso**

Psicóloga, especialista em Psicoterapia Familiar e de Casal e mediadora de conflitos. Trabalha no Centro de Promoção da Criança e do Adolescente, coordenando as Centrais de Práticas Restaurativas Comunitárias de Porto Alegre.

**Lisiane Lindenmeyer Kalil**

Psicóloga, mestre em Psicologia Social e da Personalidade, especialista em Psicoterapia Familiar e de Casal, mediadora de conflitos. Idealizadora do blog Mediar Conflitos, docente do curso de Mediação de Conflitos da CLIP – Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação.



## Psicologia e Mediação

Atuando em diferentes contextos, o/a psicólogo/a vem conquistando espaço na área de mediação e conciliação de conflitos. Em escolas, empresas, presídios, famílias, comunidades, condomínios, hospitais, no Judiciário, os/as profissionais da Psicologia se destacam pela capacidade de otimizar a comunicação entre as pessoas. Confira a entrevista com psicólogas mediadoras de conflitos sobre esse mercado em expansão.

### Qual a diferença entre mediação e conciliação?

→ Marilene Marodin, Rafaela Duso e Lisiane Lindenmeyer Kalil – A conciliação ocorre quando um terceiro, o conciliador, auxilia a manter ou a restabelecer a negociação, tendo intervenções ou sugestões que se dirijam ao que está sendo decidido, sem, no entanto, decidir pelas pessoas. É adequada para situações em que não há um relacionamento prévio entre as pessoas e não existe muito tempo disponível para lidar com o conflito.

Na mediação o terceiro imparcial auxilia as pessoas a restabelecer o diálogo entre elas a fim de lidarem com seus conflitos, sendo fortalecidas e estimuladas a tomarem suas

próprias decisões. Há mais tempo para as pessoas refletirem e decidirem de forma mais cuidadosa, sendo especialmente indicada para situações em que há um relacionamento continuado entre os envolvidos.

A mediação parte do princípio de que o indivíduo envolvido no conflito é quem melhor conhece suas necessidades acreditando que as pessoas têm os recursos de que necessitam para lidar com suas situações de conflitos. Aposta no ser humano como capaz de ser protagonista, ou seja, de conduzir sua vida e suas relações, de tomar suas decisões e ser responsável por elas. Tem por princípio fundamental a autonomia da vontade. Essa característica anda lado a lado com o protagonismo das

partes, sendo os mediados os principais atores do processo.

### Como os profissionais da Psicologia estão se inserindo no mercado de mediação e conciliação?

→ **Marilene, Rafaela e Lisiane** – A inserção do psicólogo como mediador ainda é muito tímida frente à amplitude de possibilidades existentes. O desconhecimento desse novo campo de trabalho aliado à existência de uma cultura do litígio ou da sentença, para resolução de conflitos no Judiciário, assim como de uma abordagem de tratamento do conflito e não da prevenção ou promoção de saúde, não abriu ainda plenamente as portas para o psicólogo se inserir no mercado através da utilização de intervenções mediadoras.

A capacitação em mediação ou conciliação pode se dar de duas maneiras: por meio de cursos de formação em instituições privadas ou por meio dos Tribunais de Justiça dos Estados onde cursos de capacitação foram criados na esfera judicial a partir da **Resolução do Conselho Nacional de Justiça** que instituiu a mediação como política pública no tratamento dos conflitos de interesse.

Com a capacitação via cursos privados de formação em mediação de conflitos, o psicólogo poderá atuar em diversas áreas da mediação: familiar, empresarial, escolar, comunitária, entre outras. Já com a capacitação através dos Tribunais, atuará somente na mediação judicial, que poderá ser basicamente na área civil e familiar e, nesses contextos, deverá seguir a orientação prática determinada pelo Tribunal de Justiça.

### De que forma é possível ampliar esses espaços de atuação? Em que campos/áreas?

→ **Marilene e Rafaela** – O psicólogo capacitado para trabalhar em mediação de conflitos reúne competências para mediar todos os tipos de conflitos existentes nos mais variados contextos, sejam na esfera judicial como na extrajudicial. A ampliação desse espaço de atuação ocorrerá a partir da divulgação das possibilidades de trabalho. É imprescindível a união da categoria, do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais para que juntos possam se organizar em um movimento a favor do incentivo do estudo da mediação nos cursos de formação e na luta pela regulamentação da mediação realizada por profissionais da Psicologia.

### Que diferenciais o/a psicólogo/a tem diante de outros profissionais que também estão se capacitando para atuar na área?

→ **Marilene e Rafaela** – O mediador com formação prévia em Psicologia é reconhecido como mais efetivo do que mediadores vindos de outras formações, principalmente em mediações familiares e escolares. A capacidade do conhecimento prévio das conflituosas relacionais entre membros das famílias possibilita estar mais atento às emoções e sentimentos que transitam nesses grupos.

Outro aspecto importante é o autoconhecimento que, em geral, encontramos em psicólogos, decorrente de tratamentos psicoterapêuticos. Isso lhes permite trabalhar com os sentimentos transferenciais e contratransferenciais de maneira mais efetiva. Psicólogos representam importância valiosa na mediação pelo treinamento em detectar os problemas desencadeadores do conflito, conduzir as pessoas a refletir e a buscar o ponto de equilíbrio na sessão de mediação, nivelando as falas um do



### MEDIAÇÃO NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

Grupo de Trabalho da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) foi constituído em 2014 para implantar metodologia de mediação e conciliação de conflitos no Sistema Conselhos, com a revisão do Código de Processamento Disciplinar, incluindo essas modalidades como possíveis encaminhamentos na fase preliminar de procedimentos ético-disciplinares dos CRPs.

Resolução nº125/2010, disponível em <http://bit.ly/10Uurjar>.



### **PARTICIPE**

O CRPRS quer ampliar a discussão sobre o tema da mediação de conflitos com outros/as profissionais que atuam na área. Para isso, está sendo organizado um Grupo de Trabalho. Interessados/as na temática devem entrar em contato pelo e-mail [comissoes@crprs.org.br](mailto:comissoes@crprs.org.br).

Termo cunhado por Federico Zaragoza em 1995, na Conferência de Yamousoukro, na Costa do Marfim.



### **LEIA MAIS**

Leia entrevistas na íntegra em [crprs.org.br/entrelinhas71](http://crprs.org.br/entrelinhas71).

outro tendo por foco os aspectos subjetivos do conflito e a restauração da relação social, prevenindo novos conflitos.

Na maioria das vezes, o psicólogo também tem facilidade de colocar-se empático e melhorar a comunicação, que em geral está comprometida, apontar pontos convergentes e divergentes, restaurar a identidade, devolver a autonomia, sinalizar para um relacionamento futuro e administrar às sessões de negociação com menor dano possível para as pessoas.

Como a mediação não se ocupa somente da matéria trazida pelos mediandos como objeto da desavença, o mediador que entende que o conflito foi construído na relação trabalha as questões de convivência que levaram ao desacordo. Nesse sentido, a importância da escuta ativa, da interpretação do que está por detrás do discurso, da compreensão da linguagem corporal, que são do conhecimento do psicólogo, facilitam essa abordagem.

Por outro lado, há necessidade do psicólogo se desvincular de um papel de terapeuta individual ou de grupo, pois seu objetivo é cumprir e seguir os preceitos da mediação, enquanto está exercendo o papel de mediador, não tendo um olhar que busque o tratamento psicológico dos conflitos.

### **Quais as ferramentas mais importantes para um mediador?**

→ **Marilene e Lisiane** – Inicialmente, é importante buscar bom vínculo com os mediandos e, nessa fase, a escuta ativa e empática mostra-se essencial. Em seguida, deve-se desenvolver uma visão sistêmica sobre o conflito, de modo a ampliar o olhar e identificar as conexões que estão alimentando o conflito assim como os caminhos

de abertura para as resoluções saudáveis das disputas, levando em consideração todas as pessoas envolvidas. A capacidade de identificar interesses mútuos, entender critérios de juízos de valor, com posições reflexivas e colaborativas também auxilia ao exitoso encaminhamento do procedimento da mediação.

O autoconhecimento do mediador o guiará na coconstrução de uma realidade, que não é dele, mas que necessitará de seu auxílio para poder ser assumida pelos verdadeiros protagonistas da situação. Abrir mão de um espaço de poder caminha junto com o “olhar para si” enquanto participa desse diálogo de múltiplas vozes.

### **De que forma a Psicologia pode contribuir para o desenvolvimento da mediação como uma política pública que visa à paz social?**

→ **Marilene** – A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos, baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana. É uma cultura que respeita todos os direitos individuais – o princípio do pluralismo, que assegura e sustenta a liberdade de opinião – e que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes. A mediação de conflitos possui a potencialidade de mudar o paradigma cultural existente e construir um contexto de paz social através da utilização do diálogo e da reflexão na busca de um entendimento. Os psicólogos, atuando como mediadores em diferentes contextos, estarão se tornando agentes sociais e construtores em educação da paz para transformar a sociedade em um mundo melhor.



# Corte etário na Educação Infantil e avaliação psicológica

A estipulação de idade mínima para alguém ser matriculado no Ensino Fundamental não é consenso no Brasil. O Conselho Nacional de Educação (CNE) determina, por meio da Resolução 06/2010, que a criança deverá ter seis anos completos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. A determinação, porém, não tem força de lei, e pais e mães têm procurado a Justiça para matricular no Ensino Fundamental seus filhos de cinco anos.

Para alguns juristas, a antecipação da matrícula deve acontecer após avaliação das capacidades intelectuais e emocionais da criança, por meio de uma avaliação psicológica. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em **parecer emitido neste ano**, se

manifestou favorável à manutenção de idade mínima para matrícula e contrário à condicionalidade de avaliação psicológica para matrícula de crianças fora do corte etário.

Para o CFP, é a partir dos seis ou sete anos de idade que diversos estudiosos “indicam formas de relacionar com o mundo, com o conhecimento e consigo mesmo mais próximas ou adaptadas à realidade e aos significados convencionais partilhados socialmente, assim como menos impregnadas pelos aspectos emocionais”.

Simone Bicca Charczuk, professora do curso de Psicologia da Unisinos, defende que as abordagens que consideram apenas a maturidade da criança, a “aptidão” ou “inaptidão” devem ser superadas. A psicóloga lembra que, segundo Jean Piaget, existem quatro fatores a partir dos quais se pensa o desenvolvimento da criança: maturidade, transmissão social, experiência e processo de equilíbrio. Porém, “Piaget diz que a maturidade, a transmissão social e a experiência são fatores insuficientes para se entender o desenvolvimento da criança. Então, precisamos superar essa matriz de pensamento de que a maturidade é que define como a criança se constitui”, destaca.

Simone reforçou, porém, que o corte etário é apresentado atualmente aos/às psicólogos/as como fato consumado e, conseqüentemente, a Psicologia é convocada a pensar sobre ele. “Não podemos nos furtar de nos ocupar com o posicionamento que assumimos enquanto psicólogas e psicólogos em relação à avaliação



## LEIA MAIS

Simone Bicca Charczuk e Neuza Maria de Oliveira Chardosin participaram da roda de conversa “Avaliação psicológica e corte etário na educação: a Psicologia tem algo a dizer?”, realizada em 14/09. Confira como foi em [http://bit.ly/avaliacao\\_corte\\_etario](http://bit.ly/avaliacao_corte_etario).

Parecer disponível em [http://bit.ly/CFP\\_corte\\_etario](http://bit.ly/CFP_corte_etario).





### **PARTICIPE DA DISCUSSÃO**

A Comissão de Avaliação Psicológica se reúne quinzenalmente na sede do CRPRS.

Já o Núcleo de Educação, vinculado à Comissão de Políticas Públicas, se reúne na sede, em Porto Alegre, e na Subsede Serra, em Caxias do Sul. Confira a agenda das reuniões em [crprs.org.br/atividades](http://crprs.org.br/atividades) e participe.

psicológica". Para a profissional, não se deve questionar a realização da avaliação psicológica, e sim repensar a finalidade do serviço. "Devemos pensar a avaliação psicológica como um recurso que visa expressar o processo de construção do sujeito em vez de apontar se possui determinadas habilidades ou se domina alguns conhecimentos", defendeu.

A colaboradora da Comissão de Avaliação Psicológica Neuza Maria de Oliveira Chardosin também se preocupa com a realização de avaliações psicológicas. Para a psicóloga, a realização de avaliação em crianças é uma questão ética e de conscientização profissional. "Nós podemos avaliar as crianças, mas não para dizer se estão aptas ou inaptas", destaca. "Os adultos

exigem das crianças que elas sejam adultas", conclui Neuza.

O problema do corte etário, na opinião de Simone, está em colocar num mesmo grupo crianças com realidades diferentes. A constituição psíquica de uma criança de cinco anos, por exemplo, nunca será igual à de outra.

"Particularmente, acho arriscado colocarmos uma apresentação de como a criança está ou de o que está acontecendo com ela tomando a idade como referência", pondera. "Onde ela está? Em que família ela está incluída? Ela já está em escola ou não? Quem passa a maior parte do tempo com essa criança?" são alguns questionamentos que devem ser feitos para entender determinada criança com cinco anos de idade, ressalta.

## Agenda

### Cursos

#### **Formação em Psicanálise**

Início no primeiro semestre de 2016  
Porto Alegre / RS  
Informações: [sig@sig.org.br](mailto:sig@sig.org.br)  
<http://www.sig.org.br>

#### **Formação em Medicina Psicossomática**

17/04 a 13/08/2016 (Inscrições até 10/04/2016)  
Caxias do Sul / RS  
Informações: [recriar@recriar.net.br](mailto:recriar@recriar.net.br)  
<http://www.recriar.net.br>

#### **Pós-Graduação em Mediação de Conflitos, Conciliação e Arbitragem**

Inscrições até março de 2016  
Canoas / RS  
Informações: [imepp@imepp.com.br](mailto:imepp@imepp.com.br)  
<http://www.imepp.com.br>

#### **Especialização em Psicologia Clínica Hospitalar**

01/03/16 à 28/02/17 (Inscrições até 31/01/16)  
São Paulo / SP  
Informações: [psiensino@incor.usp.br](mailto:psiensino@incor.usp.br)  
<http://www.eep.hc.fm.usp.br>

#### **Especialização em psicoterapia de orientação psicanalítica - adultos**

Início em março de 2016  
Porto Alegre / RS  
Informações: [itipoa@itipoa.com.br](mailto:itipoa@itipoa.com.br)  
<http://www.itipoa.com.br>

#### **Especialização em psicoterapia de orientação psicanalítica da adolescência**

Início em março de 2016 (Inscrições até 12/12/2015)  
Porto Alegre / RS  
Informações: [itipoa@itipoa.com.br](mailto:itipoa@itipoa.com.br)  
<http://www.itipoa.com.br>

#### **Especialização na teoria e técnica de intervenção na relação pais-bebê**

Início em março de 2016  
Porto Alegre / RS  
Informações: [itipoa@itipoa.com.br](mailto:itipoa@itipoa.com.br)  
<http://www.itipoa.com.br>

#### **Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica**

Início em março de 2016 (Inscrições até 10/12/2015)  
Porto Alegre / RS  
Informações: [fumm@mariomartins.org.br](mailto:fumm@mariomartins.org.br)  
<http://www.mariomartins.org.br>

#### **Pós-Graduação Terapia Familiar Sistêmica**

Início em 04/03/2016  
Chapecó / SC  
Informações: [dilma.andretta@unoesc.edu.br](mailto:dilma.andretta@unoesc.edu.br)  
<http://www.unoesc.edu.br/cursos/pos-graduacao>

#### **Especialização em Psicologia Escolar**

Início em 25/03/2016  
Porto Alegre / RS  
Informações: [cape@capepsi.com.br](mailto:cape@capepsi.com.br)  
<http://www.capepsi.com.br>

#### **Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional**

Início em 08/04/2016  
Caxias do Sul/RS  
Informações: [mozara.rossetti@fsg.br](mailto:mozara.rossetti@fsg.br)  
<http://fsg.br/pos/especializacao/>

#### **16º Congresso de Stress da ISMA-BR**

21 a 23/06/2016 (submissões de resumos até 27/03/2016)  
Porto Alegre / RS  
Informações: [stress@ismabrasil.com.br](mailto:stress@ismabrasil.com.br)  
[www.ismabrasil.com.br](http://www.ismabrasil.com.br)

## Despatologização das Identidades Trans e Travesti: o que temos a ver com isso?



Para tecer algumas considerações sobre o que penso ser o compromisso político e ético da Psicologia com essa questão, acredito ser importante frisar que a profissão, como ciência na modernidade, erigiu seu saber acerca do humano em torno de categorias fixas, balizadas por aquilo que chamamos sujeito norma, ou seja, branco, heterossexual, cristão, classe média. Recorrendo a autores como Foucault (1997) e Judith Butler (2013) é possível produzir uma ruptura nessa perspectiva de pensamento (construído na modernidade), acessando outros modos de pensar os sujeitos, para além das naturalizações, biologizações e essencializações, compreendendo a sexualidade e o gênero como construções sociais, éticas e políticas que colocam em questão as noções essencialistas e privatistas do humano, resquícios da lógica moderna do sujeito racional, coerente, unificado e biodeterminado. Podemos dizer que não faz muito tempo que a Psicologia pautou como questão pertinente as temáticas relativas a gênero e sexualidade, no sentido de ampliar e problematizar os discursos produzidos nessa interface que restringem a sexualidade à prática heterossexual, à noção de gênero como meramente papéis sexuais (naturalizados e biologizados). Reverter a formação significa a impossibilidade da continuidade de oferta de práticas psíquicas que não dão visibilidade a identidades sexuais e de gênero dissidentes, ou não conformes. O cissexismo, ou seja, práticas

e discursos de que pessoas trans não são verdadeiras, está institucionalizado nas leis, na mídia, nas religiões e muitas vezes, na formação em psicologia. Travestis e transexuais sofrem uma marginalização compulsória que pode ser exemplificada pela evasão escolar, impossibilidade de acessar os espaços e serviços de saúde, ausência de empregabilidade formal, e o frequente descaso em relação ao nome social, ou seja, situação de extrema vulnerabilidade. Temos que pensar o lugar dos corpos/gêneros não conformes e das sexualidades dissidentes e nos indagar quais corpos podem mover-se livremente dentro de uma democracia. Precisamos atentar ao modo com que a vulnerabilidade e a precariedade estão diferencialmente distribuídas, estabelecendo pessoas como “não lamentáveis”, como corpos que não importam, como corpos invisíveis. Butler (2013) nos ajuda a ocuparmos com o “sujeito ilegível”, ou seja, aquele que transita entre o fora/dentro dos enquadramentos identitários, nos apontando a necessidade de problematizar o quanto os corpos abjetos são violados pelas instituições: escola, academia, psicologia, ciência dominante, saúde, igreja, polícia. O corpo produzido como transgressão de gênero nos aponta que o humano não se limita apenas a “homem” e a “mulher”, pois isso é deveras binário. Mas há quem experimente um corpo e o faça como palco de criação daquilo que não é apenas “isso” ou “aquilo”.

**Fernanda Hampe Picon**  
Psicóloga, mestre em Educação. Professora da Unisinos.



**REFERÊNCIAS:**  
BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira. (org.) *Corpo Educado*. 3 ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.



Leia artigo na íntegra em [crprs.org.br/entrelinhas71](http://crprs.org.br/entrelinhas71)

## Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Reprodutivos



O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) iniciou um novo ciclo de pesquisa de campo. Trata-se de dar continuidade à deliberação do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) de produção de Referências Técnicas para a atuação de psicólogos e psicólogas em políticas públicas de direitos sexuais e reprodutivos.

Democracia e cidadania têm sido tomadas como pautas estratégicas de diversos movimentos sociais contemporâneos. Ações como o Movimento do Passe Livre, no qual pessoas distintas, com pautas diferentes se agruparam e levaram suas reivindicações para as ruas em junho de 2013, são exemplos da expansão da noção de cidadania para além da definição clássica de ter nascido em um determinado país. Neste contexto, o tema da expressão e do exercício da sexualidade, bem como, das consequências decorrentes deste exercício aparece como um tema dos mais polêmicos e de difícil progresso.

Realizaremos uma investigação sobre direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva dos

direitos humanos e alicerçada na ideia ampliada de cidadania. O exercício desses direitos deve ser garantido e protegido por políticas públicas, expressas em programas, projetos, serviços e ações nos três níveis da Federação, por meio de equipes técnicas preparadas para sua operacionalização. Nosso objetivo é encontrar, com os/as psicólogos/as que trabalham em diversos lugares, as práticas que vêm sendo desenvolvidas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

A primeira fase da pesquisa foi disponibilizada para os/as psicólogos/as em setembro, com um formulário exploratório sobre o tema com o objetivo de realizar o levantamento dos/as psicólogos/as e dos serviços em que atuam, em todos os municípios do Brasil, para que o campo de pesquisa seja definido e os/as profissionais sejam ouvidos/as em suas práticas, ações inovadoras, desafios e dificuldades.

Você trabalha em algum serviço ou programa destinado à garantia de direitos sexuais e reprodutivos? Qual o nome do programa/serviço? A qual Polí-

tica/Secretaria está relacionado? Quais as principais atividades que você realiza? Com que público você realiza atividades? Em seu município há algum serviço destinado à garantia de Direitos Sexuais e Reprodutivos? Conhece algum/alguma profissional que trabalhe na área? Queremos convidar todos/as os/as psicólogos/as que se sentem convocados/as por essa temática a juntar-se a nós nessa investigação transversal que muito pode contribuir para a melhor compreensão do que vem sendo construído dia a dia na consolidação desses direitos. Gostaríamos de pedir a sua atenção para os momentos de investigação que serão divulgados em breve.



### SAIBA MAIS:

Acesse [crprs.org.br/crepop](http://crprs.org.br/crepop) e saiba mais.

André Sales  
Assessor Técnico de Políticas Públicas

## CRPRS define requisitos para o cadastramento de comunidades terapêuticas

O CRPRS passou a exigir das pessoas jurídicas que prestam serviços de atenção em regime residencial de caráter transitório, especialmente as comunidades terapêuticas, uma lista de documentos como forma de garantir a qualidade dos serviços oferecidos por essas instituições. As exigências estão estabelecidas na **Resolução CRP/07 n° 002/2015**, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2015.

As comunidades terapêuticas precisam ter, por exigência de Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC n° 29 de 30 de junho de 2011), um profissional de nível superior cadastrado como responsável técnico. Como o registro dessas instituições no Conselho Regional de Psicologia não é obrigatório – por não terem a Psicologia em sua atividade principal e não prestarem serviços a terceiros – a única maneira de formalizar um/uma psicólogo/a como responsável técnico é por meio do cadastramento no Conselho. “Começamos a perceber um aumento desse tipo de demanda, o que gerou certa preocupação com relação a que tipo de serviços estávamos respaldando. Precisávamos estabelecer critérios objetivos, ou seja, exigências documentais que respaldassem minimamente a qualidade dos serviços oferecidos por essas instituições”, explica a coordenadora técnica do CRPRS, Letícia Giannechini.

Diante dessa preocupação e seguindo previsão legal, psicólogas fiscais da Área Técnica do CRPRS realizaram 27 visitas de

fiscalização em 20 municípios, de novembro de 2014 a julho de 2015. Nas visitas, mapearam as condições gerais oferecidas aos usuários e as condições de trabalho dos/as psicólogos/s nesses locais. A partir dessas observações, foram elencadas condições mínimas que essas instituições precisam ter para além dos serviços de Psicologia.

Nas fiscalizações, foram identificadas comunidades terapêuticas em condições muito precárias. Diante disso, o CRPRS passa a exigir a apresentação de cópia do alvará sanitário e do alvará de localização. A falta de atividade para as pessoas que moram nos locais foi outro aspecto que chamou atenção. Há também a preocupação com as condições de trabalho oferecidas aos/às psicólogos/as e a compatibilidade de sua carga horária na instituição e suas atribuições. O CRPRS recomenda, ainda, que o responsável técnico da instituição e o responsável técnico pelos serviços de Psicologia não sejam a mesma pessoa, para que não haja sobreposição de funções.

Novos pedidos de cadastramento de comunidades terapêuticas no CRPRS já devem seguir as exigências estabelecidas na Resolução. As pessoas jurídicas que aguardavam deferimento de seu pedido estão sendo notificadas. As comunidades terapêuticas que já estavam cadastradas terão um prazo de 180 dias para regularizar situação. Após esse período, serão agendadas visitas de fiscalização aos locais cadastrados para garantir o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Resolução.

A Resolução pode ser acessada em [crprs.org.br/resolucoes](http://crprs.org.br/resolucoes).

## Resolução do CRPRS nº 02/2015

*Regulamenta e define os pressupostos para deferimento de pedido de cadastro das pessoas jurídicas que prestam serviços de atenção em regime residencial de caráter transitório.*

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 7ª REGIÃO – CRP/RS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 79.822, de 17 de julho de 1977 e:

CONSIDERANDO o teor da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o compromisso da categoria profissional dos psicólogos com tal declaração, conforme previsto no Código de Ética Profissional – Resolução CFP 10/2005;

CONSIDERANDO a Lei Federal 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e que redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO as diretrizes traçadas pelo Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária sobre o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial;

CONSIDERANDO o previsto na Resolução CFP nº 03/2007;

CONSIDERANDO o resultado da “4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais para internação para usuários de álcool e outras drogas” realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com outras instituições;

CONSIDERANDO as visitas de fiscalização realizadas pelas psicólogas fiscais desta autarquia entre novembro de 2014 e julho de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para análise e decisão acerca dos pedidos de cadastramento de pessoas jurídicas junto a este conselho, apresentados por entidades que prestam serviço de atenção em regime residencial de caráter transitório;

RESOLVE:

Art. 1º – A pessoa jurídica que presta serviço de atenção em regime residencial de caráter transitório e que requerer seu cadastramento junto ao Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região deverá atender aos pressupostos básicos previstos nesta Resolução, além das demais normas correlatas pertinentes à matéria, estabelecidas nas resoluções vigentes e editadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Art. 2º – Para a solicitação e o deferimento de cadastramento das pessoas jurídicas destinadas ao fim previsto na presente Resolução, é indispensável a apresentação dos documentos:

- a) Termo de Responsabilidade Técnica pelos serviços de psicologia assinado por psicólogo, conforme previsto no artigo 36 da Resolução CFP nº 003/2007;
- b) Cópia autenticada de Alvará Sanitário vigente e de Alvará de localização;
- c) Ofício informando o nome do responsável técnico pela instituição, carga horária e vínculo de trabalho;
- d) Projeto Terapêutico, ou equivalente, no qual se explicita os objetivos gerais e específicos do acompanhamento e metodologia de trabalho que preze pela autonomia e a reinserção social dos usuários;





e) Termo de aceite da realização da visita de inspeção considerando os quesitos elencados nesta Resolução.

Art. - 3º Será realizada inspeção técnica pela fiscalização do Conselho Regional de Psicologia, conforme previsão do artigo 39 da Resolução do CFP nº 003/2007, ocasião em que deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) Condições de acesso dos residentes aos meios de comunicação, bem como a garantia de contato frequente com sua rede de relações sociais;

b) Estratégias de participação de familiares e/ou rede de apoio durante a permanência do usuário na instituição, respeitando as singularidades dos casos;

c) Disponibilização de atividades que garantam acesso a lazer, cultura, esporte e outras necessárias a promover a integralidade do cuidado oferecido;

d) Existência de planos terapêuticos singulares que estejam articulados com a rede de serviços, possibilitando a reinserção do usuário;

e) Existência de prontuário único do usuário, no qual serão registrados os atendimentos realizados e a participação em atividades;

f) Medidas e rotinas administrativas visando à proteção e o sigilo das informações relativas aos usuários e familiares acompanhados pela pessoa jurídica;

g) Ações que explicitem o caráter voluntário quanto ao ingresso e permanência do usuário em acompanhamento pela pessoa jurídica - salvo em caso de determinação judicial.

Art. 4º - Caso seja constatada, na realização da visita de inspeção, inadequação quanto aos quesitos acima listados:

a) No caso de instituições que estão solicitando o cadastramento: o pedido será in-

deferido e será aberto prazo para adequação e novo pedido;

b) No caso de instituições já cadastradas: será determinado prazo para adequação, sob pena de descadastramento.

Art. 5º - Na hipótese do indeferimento do pedido de cadastramento da pessoa jurídica, a mesma poderá ingressar com o pedido de reconsideração junto ao CRPRS no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação do indeferimento.

Parágrafo único: caso mantida a decisão do indeferimento, caberá recurso ao CFP no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da decisão.

Art. 6º - Pessoas jurídicas (PJ) que prestam serviço de atenção em regime residencial de caráter transitório que já estão cadastradas neste Conselho Regional de Psicologia terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem e realizarem a entrega dos documentos previstos no artigo 2º da presente Resolução.

§ 1º: As pessoas jurídicas previstas no caput deste artigo serão notificadas da vigência da presente Resolução a fim de que possam se adequar no prazo estabelecido.

§ 2º: As PJs que não se adequarem a esta regulamentação no prazo estabelecido serão descadastradas.

Art. 7º - Os casos omissos e não previstos nesta Resolução serão reconhecidos e deliberados pelo plenário do CRPRS.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Porto Alegre, 25 de setembro de 2015.

Simone Bampi

Conselheira presidente do CRPRS

# FORMADA POR VÁRIAS. CONECTADA A TODAS.

A Psicologia tem muitas áreas de atuação. Sobre que tema você gostaria de discutir?

Participe dos Pré-Congressos para elaborar propostas que serão discutidas no **Congresso Regional da Psicologia – Corep**. É a sua chance de contribuir com sugestões para o **Congresso Nacional da Psicologia – CNP**, que elegerá prioridades para os próximos três anos, visando ao fortalecimento e crescimento da profissão. **Colabore. Para construir, é preciso se engajar.**

A agenda de Pré-Congressos no Rio Grande do Sul está em [crprs.org.br/cnp](http://crprs.org.br/cnp)



Endereço para Devolução:  
Agência de Correios Avenida Protásio Alves - CEP: 90410-970

**USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> ausente       | <input type="checkbox"/> endereço insuficiente        |
| <input type="checkbox"/> falecido      | <input type="checkbox"/> não existe o número indicado |
| <input type="checkbox"/> recusado      | <input type="checkbox"/> desconhecido                 |
| <input type="checkbox"/> não procurado | <input type="checkbox"/> inf. porteiro/síndico        |
| <input type="checkbox"/> mudou-se      | <input type="checkbox"/> outros (especificar)         |

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
data rubrica do responsável

VISTO